

# PROJETO BÁSICO

EXECUÇÃO DE OBRA DE URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE  
CALÇADAS/PASSEIOS, COM MEIO FIO E SARJETA NO  
MUNICÍPIO DE BARCARENA – PA

**MARÇO DE 2026**

## PROJETO BÁSICO

**SEMDUR Processo: 007/2026**

### 1. DO OBJETO

O presente Projeto Básico tem por objeto a EXECUÇÃO DE OBRA DE URBANIZAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS/PASSEIOS, MEIO-FIO E SARJETAS, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem superficial e demais serviços complementares necessários à adequada execução da obra.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, permitindo a execução dos serviços conforme as demandas da Administração Pública, visando a melhoria da infraestrutura urbana do município de Barcarena, especialmente quanto à construção de calçadas/passeios, implantação de meio-fio e execução de sarjetas.

Endereço: Barcarena Sede, Vila do Conde, Murucupi, Laranjal, Pioneiro, Jardim Cabano, Beira Rio, Jardim das Palmeiras e Águas Verdes no Município de Barcarena, Estado do Pará.

Características da Obra/Serviço:

- Tipo de Serviço: **Construção Nova**
- Tipo de Obra: **Ruas/Vias**
- Setor Beneficiado: **Infraestrutura**

### 2. DO OBJETIVO

O presente Projeto Básico tem como objetivo a execução de serviços de urbanização no município de Barcarena, compreendendo a construção de calçadas/passeios, implantação de meio-fio e execução de sarjetas, conforme especificações técnicas e projetos integrantes deste documento.

A intervenção visa promover a melhoria da infraestrutura urbana, proporcionando condições adequadas de mobilidade e circulação de pedestres, com ênfase na acessibilidade universal, segurança e conforto dos usuários.

Objetiva-se, ainda, organizar o espaço público por meio da adequada delimitação entre passeio e via de rolamento, bem como implantar soluções eficientes de drenagem superficial, garantindo o correto escoamento das águas pluviais e contribuindo para a conservação das vias públicas.

Adicionalmente, busca-se reduzir pontos de degradação urbana, minimizar riscos de acidentes, melhorar as condições sanitárias e elevar a qualidade de vida da população, atendendo às demandas identificadas pela Administração Municipal.

Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, boas práticas de engenharia e orientações da fiscalização, assegurando durabilidade, funcionalidade e eficiência das intervenções realizadas.

### **3. DO FUNDAMENTO LEGAL**

A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, bem como nas demais legislações, normas e regulamentos pertinentes à matéria.

A execução da obra deverá observar, no que couber, as normas técnicas da ABNT, especialmente aquelas relacionadas à construção civil, pavimentação, acessibilidade e drenagem urbana, além das legislações municipais aplicáveis ao município de Barcarena.

Aplicam-se, ainda, as normas de segurança do trabalho, incluindo as regulamentações do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como demais dispositivos legais pertinentes à execução de obras públicas.

Dessa forma, a contratação e execução dos serviços deverão atender integralmente aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

### **4. DA JUSTIFICATIVA**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de melhoria da infraestrutura urbana do município de Barcarena, especialmente no que se refere à implantação e adequação de calçadas/passeios, meio-fio e sarjetas em vias públicas.

Atualmente, diversos trechos do município apresentam ausência ou precariedade desses elementos, o que compromete a mobilidade e segurança dos pedestres, dificulta a acessibilidade, sobretudo para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e contribui para a desorganização do espaço urbano.

A inexistência ou inadequação de meios-fios e sarjetas também impacta diretamente no escoamento das águas pluviais, ocasionando acúmulo de água, processos erosivos e degradação das vias públicas, resultando em maiores custos de manutenção para a Administração.

Dessa forma, a execução dos serviços propostos visa promover melhorias significativas nas condições de circulação, segurança e acessibilidade, além de contribuir para a durabilidade da infraestrutura viária e valorização dos espaços urbanos.

A contratação é, portanto, necessária para atender às demandas da população, assegurar melhores condições de uso das vias públicas e garantir a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com o interesse coletivo.

## **5. DOS RESULTADOS ESPERADOS**

Com a execução dos serviços de urbanização no município de Barcarena, espera-se a melhoria significativa da infraestrutura urbana, por meio da implantação adequada de calçadas/passeios, meio-fio e sarjetas.

Dentre os principais resultados esperados, destacam-se:

- Melhoria das condições de mobilidade e circulação de pedestres, com maior segurança e conforto;
- Garantia de acessibilidade universal, atendendo às normas técnicas vigentes;
- Organização do espaço urbano, com adequada delimitação entre vias e passeios;
- Melhoria do sistema de drenagem superficial, reduzindo acúmulo de águas pluviais e processos erosivos;
- Redução de danos à infraestrutura viária e diminuição da necessidade de manutenções corretivas;
- Valorização das áreas urbanas e melhoria da qualidade de vida da população;
- Maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, com intervenções duráveis e funcionalmente adequadas.

Dessa forma, a execução dos serviços contribuirá diretamente para o desenvolvimento urbano do município, promovendo melhores condições de uso dos espaços públicos e atendendo às demandas da população.

## **6. RELAÇÃO DE ANEXOS INTEGRANTES AO PROJETO BÁSICO**

6.1 São partes integrantes do Projeto executivo, os itens abaixo relacionados:

- 6.1.1 Encarte “A” – Memorial Descritivo e Especificações;
- 6.1.2 Encarte “B” – Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, CPU, BDI e Encargos Sociais;
- 6.1.3 Encarte “C” – ART;
- 6.1.4 Encarte “D” – Portaria do Fiscal;
- 6.1.5 Encarte “E” – Projeto Gráfico;
- 6.1.6 Encarte “F” - Parcela de Maior Relevância;

## 7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1 O prazo para a execução da obra/serviço será de **540 (quinhentos e quarenta) dias corridos** a contar da data designada na Ordem de Serviço a ser expedida para a CONTRATADA.
- 7.2 Será condição para a emissão da Ordem de Serviço que determinará o início das obras a apresentação da ART/RRT do responsável técnico junto ao CREA/CAU(PA), que deverá ser entregue à CONTRATANTE em até cinco dias úteis após a assinatura do contrato.
- 7.3 O Prazo para vigência do contrato será o prazo de execução dos serviços proposto pelo licitante vencedor, acrescido de 90 (Noventa) dias, corridos consecutivos contados a partir da assinatura do contrato.

## 8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 8.1 O recebimento do objeto deste Projeto Básico dar-se-á conforme com base no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, os serviços serão recebidos da seguinte forma:
- 8.1.1 Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- 8.1.2 Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 8.1.3 À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento provisório e definitivo dos serviços, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;
- 8.1.4 A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 8.1.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e ético-profissional pela perfeita execução do contrato dentro dos limites permitido pela lei ou pelo contrato.

## **9. DA SUPERVISÃO/FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 9.1 A fiscalização e o acompanhamento dos serviços será exercida por servidor (ou comissão) a ser designado por esta SEMDUR, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos trabalhos e de tudo dar ciência à empresa, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o Contrato e projeto executivo;
- 9.2 Este projeto básico serve de orientação. Em caso de discrepâncias ou dúvidas estas serão resolvidas com a fiscalização e a contratada, após verificação dos itens do projeto executivo, caderno de especificações e planilha(s) orçamentária(s);
- 9.3 Todas as soluções de desenvolvimentos, detalhamentos, acabamentos, equipamentos e sistemas construtivos deverão ser submetidos à apreciação e aprovação pela equipe técnica desta SEMDUR;
- 9.4 O responsável pela fiscalização e/ou o seu substituto legal devem zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste Projeto Básico, efetuando gestões administrativas junto à CONTRATADA;
- 9.5 O responsável pela fiscalização e/ou o seu substituto legal anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas aos serviços prestados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados; avaliará as etapas executadas dos serviços (visita técnica), observado o disposto neste Projeto; e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) de recebimento dos serviços para fins de pagamento.;
- 9.6 Todas as irregularidades constatadas pelo Fiscal do Contrato e/ou por seu substituto legal na fiscalização dos serviços previstos neste Projeto, que extrapolem suas competências e atribuições legais, serão comunicadas o mais breve possível à Administração da CONTRATANTE, para que esta tome as medidas cabíveis e pertinentes aos casos;
- 9.7 A contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita supervisão, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela CONTRATANTE;
- 9.8 A supervisão da CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

## 10. DA VISTORIA

- 10.1 A empresa poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços em até 1 (um) dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de tomar ciência das condições e grau de dificuldade existentes do objeto deste Projeto Básico.
- 10.2 Antes de efetuar a vistoria, a empresa deverá contatar a SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEMDUR para agendamento e autorização, por meio do endereço eletrônico [semdurengenharia@gmail.com](mailto:semdurengenharia@gmail.com), das 08H às 14H, nos dias úteis exceto as sexta-feira.
- 10.3 Tendo em vista a faculdade da realização de vistoria, a empresa não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes para se eximir das obrigações assumidas.**

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**11.1 Art.155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:**

- 11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- 11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2 Advertência;
- 11.3 Multa de:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato em caso de atraso da execução autorizada, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo-quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
  - b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, no caso de atraso na execução dos serviços, por período superior ao previsto na alínea “a”, limitado a 15 (quinze) dias subsequentes. Após o décimo-primeiro dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 11.4 para efeito de aplicação de multas, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, quando da ocorrência de inexecução parcial das obrigações estabelecidas neste Termo, às infrações são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor do Contrato
02	0,4% por dia sobre o valor do Contrato
03	0,8% por dia sobre o valor do Contrato
04	1,6% por dia sobre o valor do Contrato
05	3,2% por dia sobre o valor do Contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO
----------



ITEM	DISCRICÃO	GRAU
01	Permitir a presença de empregado sem a devida identificação e/ou sem crachá; por empregado e por ocorrência.	01
02	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços; por empregado e por dia.	03
03	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
04	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material por ocorrência.	02
05	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI); quando necessários; por empregado e por ocorrência.	02
06	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO SEMDUR; por ocorrência.	02
07	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	02
08	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO SEMDUR, sem motivo justificado; por ocorrência.	02
09	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
10	Deixar de cumprir normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho o local de execução dos serviços, por ocorrência.	02
11	Executar obra com prazo vencido e sem a devida justificativa do atraso	05
	<b>Para os itens a seguir, deixar de;</b>	
12	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço; por dia de atraso.	01
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
14	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item e por ocorrência.	01
15	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
16	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO	02

	SEMDUR; por ocorrência.	
17	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO SEMDUR, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02
18	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO SEMDUR, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO SEMDUR; por ocorrência.	03
19	Zelar pelas instalações da contratante utilizadas; por item e por dia.	01

11.4.1 Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento para contratar com a Prefeitura Municipal de Barcarena por prazo não superior a 2 (dois) anos;

11.4.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

11.5 As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do CONTRATANTE e impedimento de licitar e contratar com a União; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.6 No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

As despesas com pagamento dos serviços ocorrerão por conta dos recursos disponíveis e constantes no orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano sob o título:

**Órgão: 02 Prefeitura Municipal de Barcarena.**

Unidade Orçamentária: 02.21 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

Funcional Programática: 15.451.0124.1.159.000 – Implantação, adequação e manutenção da infraestrutura de mobilidade ativa e acessível.

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e instalações.

Subelemento de Despesa: 4.4.90.51.99.00 – Outras Obras e instalações.

Fonte: 1500 – Recursos não Vinculados de Impostos.

**R\$ 42.735.937,41**

**Quarenta e dois milhões e setecentos e trinta e cinco mil e novecentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos**

Maria do Desterro F. da Conceição  
Diretora do Departamento de  
Contabilidade  
Decreto nº 0006/2025-GPMB

Luiz Henrique dos Santos Moraes  
Secretário Municipal de Infra. e Desenv.  
Urbano.  
Decreto Nº 0009/2025–GPMB

**13. DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS**

DECLARO, para fazer face junto à Comissão Permanente de Licitação, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que os quantitativos apresentados na Planilha Orçamentária guardam compatibilidade com o Projeto de Engenharia referente ao Objeto.

Venho firmar que os orçamentos enviados juntamente a este Projeto Básico estão de acordo com o capítulo II do Decreto nº7903 de 2013.

Eng.º Civil Evandison Alves dos Santos  
CREA-PA nº 151.803.089-0  
Portaria nº 0020/2025 - SEMAT  
Secretaria Municipal de Infra. e Desenv. Urbano -  
SEMDUR

**14. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL E EXECUÇÃO**

Venho firmar a fiscalizarei o objeto deste Projeto Básico de acordo com;

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Thiago Vieira Benaduce  
CREA-PA: 152.299.111-5  
Gestor de Contratos Administrativos  
Portaria nº 1051/2025 – SEMAT

## **15. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E MATERIAIS**

A Contratada deverá dar garantia dos materiais fornecidos e aplicados, bem como dos serviços executados por um período de 5 anos, a partir da data do recebimento definitivo do objeto da licitação.

Barcarena, 01 de abril de 2026.

Luiz Henrique dos Santos Moraes  
Secretário Municipal de Infra. e Desenv. Urbano.  
Decreto Nº 0009/2025–GPMB



A autenticidade desse documento pode ser verificada no site:  
[https://pmbarcapa.govadm.com.br/workflow/verificar\\_documento.jsf](https://pmbarcapa.govadm.com.br/workflow/verificar_documento.jsf)  
informando o código verificador: 1720774 e código CRC: CPRJDYWNEBQ.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henrique dos Santos Moraes** em 01/04/2026, às 10:45.

Documento assinado eletronicamente por **EVANDISON ALVES DOS SANTOS** em 01/04/2026, às 12:17.

Documento assinado eletronicamente por **Maria do Desterro Feio da Conceição** em 01/04/2026, às 15:41.

Documento assinado eletronicamente por **THIAGO VIEIRA BENADUCE** em 01/04/2026, às 16:18.